

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 36 , DE 2007

Proposta de emenda ao Projeto 4.206, de 2001, que altera o Código de Processo Penal.

Autora: Associação Paulista do Ministério Público

Relator: Deputado SÍLVIO LOPES

I - RELATÓRIO

A iniciativa da Associação Paulista do Ministério Público - APMP tem por objetivo sugerir a esta Comissão de Legislação Participativa a apresentação de proposta de Emenda ao Projeto de Lei 4.206, de 2001, que altera o Código de Processo Penal.

Para tanto, apresenta minuta de proposta com nova redação para diversos artigos do Código de Processo Penal.

Argumenta-se, na justificação, que “embora concordemos com a uniformização proposta para os sistemas processuais (com a extinção do Recurso em Sentido Estrito e adoção do Agravo), como bem ressaltado pelo Deputado Fleury, não há qualquer lógica em adotar o modelo já abandonado pelo Código de Processo Civil.”

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 254 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 21 de 2001, cumpre que esta Comissão de Legislação Participativa aprecie e se pronuncie acerca da Sugestão em epígrafe.

Preliminarmente, constata-se que a sugestão foi devidamente apresentada no que diz respeito aos aspectos formais, tendo sua regularidade sido atestada pelo Secretário desta Comissão, nos termos do art. 2º do Regulamento Interno e do “Cadastro da Entidade” constante dos autos.

O tema encontra-se compreendido na competência privativa da União para legislar sobre direito processual, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária (artigos 22, I e 61 da Constituição Federal).

Passemos, portanto, a analisar o mérito da sugestão.

A redação sugerida para o artigo 578, permite ao Ministério Público interpor recurso pessoalmente por termos nos autos. Discordamos de tal inserção, uma vez que o *Paquet* dispõe de estrutura suficiente e de recursos humanos qualificados de forma a não necessitar da prerrogativa de interpor recursos por termos nos autos.

Já no que tange às alterações propostas para o Recurso de Agravo, não vislumbramos nenhuma contribuição substancial que acrescente valores à proposta original. Ademais disso, as alterações sugeridas para esse tópico, se aprovadas, macularão a harmonia e a coesão do projeto original apresentado pelo Governo, que foi concebido nos moldes de estudos elaborados por uma comissão de juristas.

Quanto a nova redação proposta para o caput do artigo 610 reputamos válida a alteração, uma vez que a interposição do recurso de embargos infringentes estará adstrita à voluntariedade da parte sucumbente, não sendo, portanto, automática a impetração desse recurso. Tal modificação corrobora com o princípio da economia processual apregoado em nossa Carta Maior.

De igual modo julgamos louvável a inclusão dos incisos IV, V e VI na redação do atual artigo 621 do Código de Processo Penal que permitirão a revisão criminal *pro societatis*, em situações excepcionais tais como nos casos de absolvição com base em prova falsa.

Quanto a criação do instituto do recurso adesivo no processo penal, julgamos não merecer prosperar. Com efeito, o recurso adesivo é aquele instrumento processual em que se faculta ao recorrido impetrá-lo fora do prazo normal, ficando subordinado ao correspondente recurso principal. Em virtude de suas peculiaridades, o apelo adesivo não se coaduna com os princípios da celeridade e da economia processual que permeiam o projeto original.

Ante o exposto, somos pela aprovação da sugestão em epígrafe, na forma da proposta de emenda ao projeto de lei 4.206, de 2001, apresentada em anexo. Deixamos, entretanto, o exame mais aprofundado do conteúdo e da forma das sugestões efetuadas para as comissões pertinentes, no exercício de suas respectivas competências regimentais.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado SÍLVIO LOPES
Relator

PROJETO DE LEI Nº 4.206, DE 2001

Efetivem-se as seguintes modificações no artigo 1º do projeto:

Art. 1º Os dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, a seguir mencionados, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“(…)”

“Art. 610. Da decisão tomada em órgão fracionário do tribunal não unânime, caberá embargos infringentes, opostos pelo réu ou pelo Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão.

(…)” (NR)

“(…)”

“Art. 621 (…)

V – se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz ou com participação de membro do Ministério Público ou Autoridade Policial de forma a influenciar na decisão;

V – quando proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente;

IV – quando a absolvição fundar-se em prova comprovadamente falsa, enquanto não extinta a punibilidade.” (NR)

“(…)”

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado SÍLVIO LOPES